

Governo ouve setores afetados pelo tarifaço

Pelo menos três associações deverão se reunir com ministros do governo federal hoje; tarifas entram em vigor amanhã

/ COMÉRCIO EXTERIOR

O governo Lula vai começar a ouvir, a partir de hoje, os setores afetados pelo tarifaço de 25% que será aplicado pelo governo dos Estados Unidos aos produtos brasileiros. A tarifa adicional deverá entrar em vigor amanhã. Hoje, pelo menos três associações deverão se reunir com ministros de Estado: a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) e a Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast).

Além do ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Márcio Elias, principal responsável pelas conversas, deverão participar dessas agendas o ministro da Fazenda, Dario Durigan, e o vice-presidente Geraldo Alckmin - este último ex-

-ministro do MDIC, que atuou durante o primeiro tarifaço, em meados de 2025.

Empresários defendem que o governo brasileiro retalie as medidas americanas após a nova ofensiva e pedem a aplicação da Lei de Reciprocidade, aprovada no ano passado pelo Congresso Nacional. Essa legislação autoriza o Brasil a adotar contramedidas comerciais em resposta a ações unilaterais de países ou blocos econômicos que “prejudiquem a competitividade internacional do País”.

Parte dos setores prejudicados defende, ainda, que o Brasil acione a Organização Mundial do Comércio (OMC) e prepare uma retaliação escalonada.

O titular do MDIC disse na semana passada que o processo de reciprocidade aos EUA é uma medida que exige cautela, com “forma e intensidade adequada”. O

ministro frisou que, mesmo com a tarifa já confirmada, o governo federal não sairá da mesa de negociação com os EUA e não “abandonará o multilateralismo”.

Por sua vez, o ministro da Fazenda adiantou que haverá uma recalibragem do chamado plano Brasil Soberano, que prevê apoio às empresas exportadoras de bens industriais diante de medidas como o tarifaço dos EUA. Sem citar números, Durigan disse ser possível que, no mês que vem, os efeitos deste plano de apoio já possam ser verificados.

Em junho deste ano, o Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) propôs uma tarifa de 25% sobre produtos brasileiros após investigação sobre temas como desmatamento ilegal, pirataria e o sistema de pagamentos Pix. A confirmação da sobretaxa foi anunciada na última quar-



JEFERSON SOLDI/DIVULGAÇÃO/JC

Empresários defendem que Planalto retalie as medidas americanas

ta-feira, após audiências públicas promovidas pelo USTR.

A investigação foi conduzida com base na Seção 301 da Lei de Comércio de 1974, que permite aos EUA retaliar práticas consideradas prejudiciais às empre-

sas americanas.

Além dessa tarifa de 25%, os EUA já anunciaram uma sobretaxa adicional de 12,5% para países, entre eles o Brasil, sob a justificativa de falhas no combate ao trabalho forçado.

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

O 2º Caderno é publicado
diariamente no digital e no impresso.

Tradição / Credibilidade / Tecnologia

Jornal do Comércio

O jornal de economia e negócios do RS



Acesse
o QR Code
e anuncie
no JC

